



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau

1 Informações Gerais

Ata 2ª Reunião Ordinária de 2018

Data: 09/07/2018

Horário: 14h15min às 16h40min

Local: Sala de Convivência, 2º andar, Tribunal de Justiça

Pauta:

- 1) Apresentar de metodologia de identificação de iniciativas;
- 2) Apresentar modelo de Governança Orçamentária.

Ata elaborada por: Diana Santos Pontes

2 Participantes

Cargo	Nome
Membros do Comitê	
Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau	Marcelo Roseno de Oliveira
Juiz indicado pela Presidência/ Membro do Comitê 1º Grau	Jorge Di Ciero Miranda
Juiz Corregedor Auxiliar/CGJ/ Membro Comitê do 1º Grau	Roberto Soares Bulcão Coutinho
Secretário de Planejamento e Gestão / Membro Comitê do 1º Grau e do 2º Grau	Sérgio Mendes de Oliveira Filho
Secretário de Finanças, em exercício/ Membro Comitê do 1º Grau e do 2º Grau	Rômulo Pinheiro Ribeiro
Secretária de Gestão de Pessoas/Membro Comitê do 1º Grau e do 2º Grau	Ângela Márcia Fernandes Araújo
Secretário de Tecnologia da Informação, em exercício/Membro Comitê do 1º Grau e do 2º Grau	Francisco Moacir Medeiros da Silva Júnior
Servidor do FCB indicado pela Presidência/ Membro Comitê do 1º Grau Servidor do FCB indicado pela Presidência/ Membro Comitê do 1º Grau	Carlos Olegário C. Pinheiro
Servidor do FCB como eleito pelos servidores/ Membro Comitê do 1º Grau	Roberto Eudes Fontenele Magalhães
Secretariado da reunião	
Assistente de Apoio Técnico da Seplag	Diana Santos Pontes
Assistente Técnico – Ass. Art. 1º Grau	Felipe de Albuquerque Mourão

Cargo	Nome
Gerente da Estratégia Institucional da Seplag	Roberta Kelma Peixoto De Oliveira Jucá
Coordenadora de Acompanhamento da Estratégia	Camila Alencar de Freitas

Registrou-se a ausência do Dr. Ramon Aranha da Cruz, Juiz Eleito/ Membro do Comitê 1º Grau, bem como de seus suplentes.

3 Discussão e deliberações

- 3.1. Dr. Marcelo Roseno abre a reunião recapitulando os pontos discutidos no encontro anterior, ocorrido em janeiro. E, como definido, disse que na presente reunião seria apresentado o modelo para captação das propostas de iniciativas que constarão da proposta orçamentária do TJCE. Além deste tópico, o coordenador do Comitê do 1º grau mencionou que a Seplag apresentaria o modelo de Governança Orçamentária.
- 3.2. Sérgio Mendes inicia a apresentação da metodologia para identificação das iniciativas estratégicas do 1º grau, ressaltando que uma forma efetiva do Comitê atuar na construção do orçamento seria na seleção das propostas de iniciativas estratégicas, conforme previsto no art. 20 da resolução nº 11/2018. Demonstra que o TJCE avançou na execução de projetos, porém que há necessidade de avançarmos na gestão de portfólio, que, em síntese, seria executar os projetos certos, os que de fato contribuem fortemente para o alcance da estratégia do órgão. Informa que para a captação das propostas de iniciativas de forma mais eficiente a sugestão seria: a discussão dos objetivos estratégicos com as unidades envolvidas. Como projeto-piloto, seriam realizadas discussões dos objetivos: a) Aprimorar a Gestão de Pessoas, com a Secretaria de Gestão de Pessoas; e b) Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional, como o comitê de 1º grau. Nessas discussões seriam identificadas, em um primeiro momento, as causas prioritárias que impedem o alcance dos objetivos estratégicos e, em um segundo momento, seriam propostas iniciativas para solucionar as causas identificadas. O secretário, na oportunidade, explanou sobre a experiência exitosa da oficina realizada para definição do plano de ação para aumentar a produtividade do TJCE.
- 3.3. Em seguida, Roberta Kelma apresentou como seria a operacionalização do método para identificação das propostas de iniciativas estratégicas no âmbito do Comitê de 1º grau. Quanto à etapa de identificação das causas prioritárias, a gerente pontuou a quantidade de oficinas necessárias, datas, quais unidades e quantas pessoas participariam de cada uma delas, cabendo ao comitê, em sendo aprovada a proposta de levantamento, apontar os nomes dos participantes. Após, apresentou como se daria a dinâmica dos grupos, a programação das oficinas, informando que a condução ficaria a cargo da Seplag e que ocorreriam na Esmec. Em tratando-se da segunda etapa (proposição de iniciativas), informou que seria realizada em um encontro com os membros do comitê do 1º grau e representantes das oficinas para a coleta e priorização das iniciativas. De acordo com a gerente, após a realização das duas etapas, seriam ainda executados, nesta ordem: a) o detalhamento das iniciativas priorizadas pelo responsável definido na etapa 2; b) a análise e categorização das propostas de iniciativas pela Seplag; e c) a seleção e priorização das propostas de iniciativas pelo Comitê Executivo que constarão da proposta orçamentária a ser submetido ao Órgão Especial.
- 3.4. Ângela Márcia pontuou que a discussão dos problemas de forma coletiva, além da construção de uma melhor solução, permite que não sejam desperdiçados esforços com frentes de trabalho paralelas.
- 3.5. A seguir, Sérgio Mendes inicia a apresentação relativa ao ponto dois da pauta: modelo de Governança Orçamentária. O Secretário ressalta que as diretrizes do modelo são: a) planejar o orçamento de forma estratégica; b) ampliar o horizonte do planejamento orçamentário; e c) garantir a destinação de recursos para iniciativas estratégicas e

investimentos. Registrou ainda que o modelo é composto pelo: Plano orçamentário anual (POA); Plano Orçamentário da Gestão (POG); e Plano Orçamentário da Estratégica (POE). Ainda destacou as etapas e os envolvidos na construção de cada plano.

- 3.6. Após as apresentações procedidas pela Seplag, Dr. Marcelo Roseno questionou se não seria interessante construir no mesmo momento as causas prioritárias e as propostas de iniciativas, ressaltando que seria interessante que todas as pessoas que participassem da primeira etapa (identificação das causas prioritárias) também participassem da segunda (proposição de iniciativas). Sérgio Mendes esclareceu que, conforme a metodologia, o tempo da oficina é exíguo para as duas atividades e que, para evitar desperdícios de esforço e tempo dos envolvidos, a Seplag precisa consolidar o trabalho das oficinas da primeira etapa antes da realização da segunda.
- 3.7. Roberta Kelma complementou que metodologicamente seria melhor adotar o modelo proposto para evitar que as pessoas deixassem de pensar nas causas devido a estarem incumbidos a pensar também no mesmo momento nas soluções. Porém, a gerente destacou que, mesmo necessitando de um maior esforço de condução, na segunda etapa o grupo de construção das propostas de iniciativas poderia ser ampliado para que estivessem presentes todos os participantes da primeira etapa.
- 3.8. Dr. Jorge Di Ciero elogiou o enfoque e o formato adotados na presente reunião e fez considerações com relação à metodologia proposta para o levantamento das iniciativas estratégicas. Segundo o magistrado, em vez da realização das oficinas para coletar causas e iniciativas prioritárias, o levantamento poderia ocorrer por meio dos canais de captação presentes no Tribunal que diariamente recebem as demandas das unidades à medida que surgem.
- 3.9. Sérgio Mendes ressaltou que mesmo que tenhamos canais de captação, há a necessidade de uma interação entre as áreas técnicas e as unidades judiciárias para que as melhorias sejam mais efetivas e sejam construídas de forma participativa, principalmente, para a identificação de soluções estruturantes.
- 3.10. Dr. Marcelo Roseno colocou que o resultado das discussões que ocorrerão nas oficinas dependerá da seleção dos participantes e que uma diretriz do planejamento é de que seja participativo.
- 3.11. Neste momento, Sérgio Mendes falou que inclusive deve ser uma ação do Comitê a divulgação de seu trabalho para que os magistrados e servidores possam acompanhar as frentes que estão sendo empreendidas pelo grupo.
- 3.12. Quanto à composição das oficinas, Felipe Mourão, sugeriu, pela matéria, que os representantes das turmas recursais fossem alocados na oficina dos juizados especiais, o que foi acatado. O servidor ainda pontuou que a composição da oficina 3 estava muito diversificada e isto poderia impedir uma maior discussão de pontos comuns. O juiz coordenador, por sua vez, indicou que promover a discussão entre várias competências seria melhor para este tipo de trabalho.
- 3.13. Em tratando-se da indicação dos nomes dos participantes das oficinas, Dr. Marcelo Roseno sugeriu que a Seplag catalogasse os nomes, considerando os participantes das oficinas da construção do Plano Estratégico vigente e os apresentasse para juntos definirem uma lista preliminar de participantes a ser submetida ao demais membros do Comitê para ratificação e/ou alteração.
- 3.14. Dr. Jorge Di Ciero fala também que um outro modelo alternativo para o levantamento das iniciativas estratégicas seria consultar órgãos representativos do TJCE como Ouvidoria, Comitês específicos ou sistemas de recepção de demandas.
- 3.15. Neste momento, o juiz coordenador do Comitê sugere executar a proposta da Seplag conforme apresentado, tendo como participantes pessoas que estiveram presentes na construção do Plano Estratégico 2015-2020 e membros dos órgãos representativos do TJCE. Pontuou que caso o resultado não fosse satisfatório, o Comitê repensaria outro formato para o levantamento das iniciativas a constarem da proposta orçamentária.
- 3.16. Neste momento, Moacir Medeiros declarou que como não há uma unidade específica

responsável pelo 1º grau, é pertinente que a discussão das necessidades deste com as áreas técnicas de modo que haja o real entendimento da demanda.

- 3.17. Por fim, Sérgio Mendes pergunta se os membros estão de acordo com as datas propostas para a realização das oficinas. Em não havendo nenhuma objeção dos membros, Dr. Marcelo Roseno encerra a reunião.

4. Compromissos

Descrição	Prazo	Responsável
1. Levantar os nomes dos participantes do grupo representativo do PE 2015-2020 e dos membros dos Comitês/Coordenadorias do TJCE.	13/07	Seplag
2. Definir lista preliminar dos participantes das oficinas a partir do levantamento referido no ponto anterior.	16/07	Coordenação do Comitê e Seplag
3. Apreciação da lista preliminar com ratificação e/ou indicação de nomes dos participantes das oficinas.	18/07	Membros do Comitê

5. Aprovações

Segue ATA da reunião realizada no dia 09/07/2018 para análise. As manifestações de correções ou acréscimos devem ser enviadas até o dia 16/07/2018. Caso não haja sugestões de alterações, a ata será considerada aprovada.